



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS E  
BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE

# Boas práticas para um bom alojamento

Henrique dos Reis Noronha

Giovana Mancilla Pivato

Novembro/2022

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA  
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA  
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS E  
BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE

# Boas práticas para um bom alojamento



***Missão do Mapa:***

*Promover o desenvolvimento sustentável  
das cadeias produtivas agropecuárias,  
em benefício da sociedade brasileira*

Brasília  
MAPA  
2022

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

**1ª edição. Ano 2022**

**Elaboração, distribuição, informações:**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação  
Departamento de Apoio às Cadeias Produtivas  
Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal  
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - andar, Sala 106B  
CEP: 70043-900 Brasília - DF  
Tel.: (61) 3218-2541  
e-mail: turfe.cbpa@agro.gov.br

**Coordenação Editorial** – Lizie Pereira Buss

**Equipe técnica:**

**Autores:** Henrique dos Reis Noronha e Giovana Mancilla Pivato

**Co autores:** Carlos Eduardo Wayne Nogueira, Gabriela Marocco Raphaelli, Paloma Beatriz Joanol Dallmann, Isadora Paz Oliveira dos Santos, Eliza Moreira Piemolini e Natália Buchhorn de Freitas

Fotografias: Carlos da Silva Freitas, Lucas Borba e Gilvane Marca dos Santos

**Diagramação:** Vinicius Santos

**Revisão de língua portuguesa:** Tais G. Morales

**Set's de fotografia e filmagem:** Jockey Club do Rio Grande do Sul, Rancho Trilha do Sol, Cabanha Dom Braulio e Cabanha Marca dos Santos

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

---

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Boas práticas para um bom alojamento/ Henrique dos Reis Noronha, Giovana Mancilla Pivato. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. – Brasília : Mapa/AECS, 2022.

il. ; (Manual de boas práticas e bem-estar animal no turfe; 3)

Recurso: Digital

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-7991-196-5

1. Equino; 2. Boas práticas; 3. Bem-estar animal; 4. Carlos Eduardo Wayne Nogueira; 5. Gabriela Marocco Raphaelli; 6. Paloma Beatriz Joanol Dallmann; 7. Isadora Paz Oliveira dos Santos; 8. Eliza Moreira Piemolini; 9. Natália Buchhorn de Freitas; I. Manual de boas práticas e bem-estar animal no turfe; II. Título.

AGRIS 5100

*“Por falta de um prego, perdeu-se uma ferradura.  
Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo.  
Por falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro.  
Por falta de um cavaleiro, perdeu-se uma batalha.  
E assim, um reino foi perdido. Tudo por falta de um prego.”*

*George Herbert*



# Apresentação



# Boas práticas para um bom alojamento

**E**ste manual é o terceiro de uma série de cinco manuais que são parte da consultoria em BOAS PRÁTICAS E BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE, visando à elaboração de estudos técnicos e preparação de materiais informativos sobre o condicionamento e manejo de equinos na atividade turfística, em apoio técnico à Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal (CBPA/DECAP/SDI/MAPA) no programa de “Modernização da gestão estratégica” do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio, neste caso específico.

Nestes manuais, abordaremos de forma objetiva aspectos que precisam ser considerados para a viabilidade técnica das entidades turfísticas, conforme estabelece a Instrução Normativa 02/2021, dando total atenção às boas práticas, ao bem-estar e a saúde única.

Cabe ainda salientar que a referida Instrução Normativa aporta um novo elemento à atividade turfística, que é o “autocontrole”. Para isso, é necessário que a entidade passe por um processo de maturação e capacitação e elabore um plano de boas práticas da instituição.

Para auxiliar na construção deste plano e na compreensão das boas práticas, utilizamos a mesma divisão de conteúdos utilizados para referida Instrução Normativa, que são eles:

1. Boas práticas para uma boa alimentação
2. Boas práticas para uma boa saúde
3. Boas práticas para um bom alojamento
4. Boas práticas para um comportamento adequado

Também contemplamos neste manual algumas instruções de suma importância para a elaboração do plano de boas práticas das entidades turfísticas, baseado na metodologia PDCA.

Desejamos a todos uma boa leitura!

**Henrique R. Noronha**  
*Médico Veterinário*

# Introdução





O turfe está entre os esportes equestres de maior relevância e com grande referencial histórico e cultural em nosso país, gerando emprego e renda em praticamente todos os estados da Federação.

Como todos os esportes equestres, o Turfe também passa por uma fase de evolução, tanto com relação a performance, quanto com relação a visão que a sociedade tem do mesmo.

Todo esporte equestre precisa cumprir diversos requisitos legais para seu funcionamento, mas sobre tudo isso há ainda uma licença mais complexa, o que chamamos de “licença social para operar”, que é uma concessão que determinada sociedade está ou não disposta a dar para certos esportes equestres.

Qualificar o turfe é um grande desafio e que precisa do engajamento de todos os “atores” deste cenário, com comprometimento, muito estudo e, sobretudo, com a compreensão de que o ator principal desta obra é o cavalo, e é a ele que devemos toda a nossa dedicação e respeito.



Neste terceiro livro vamos tratar das boas práticas para um bom alojamento, estabelecendo uma rotina de registros e de procedimentos para as instalações da entidade turfística, incluindo equipamentos, pistas, baias, estruturas médico veterinárias, embarcadouros, quarentenas e todas as demais estruturas físicas.

Este livro aborda com destaque os aspectos relativos a baia ou cocheira, o espaço onde o animal permanece a maior parte do tempo, tratando da cama, luminosidade, ventilação, conforto térmico, enriquecimento ambiental e outros aspectos que têm impacto direto na qualidade de vida e no comportamento dos animais.

E por fim, aborda também os procedimentos para controle de pragas e o manejo populacional humanitário de outras espécies.

# Boas práticas para um bom alojamento





O alojamento contempla todas as estruturas físicas de uma entidade turfística: cocheiras, baias, embarcadouros, pistas, piquetes, picadeiros, estruturas médico-veterinárias, entre tantas outras.

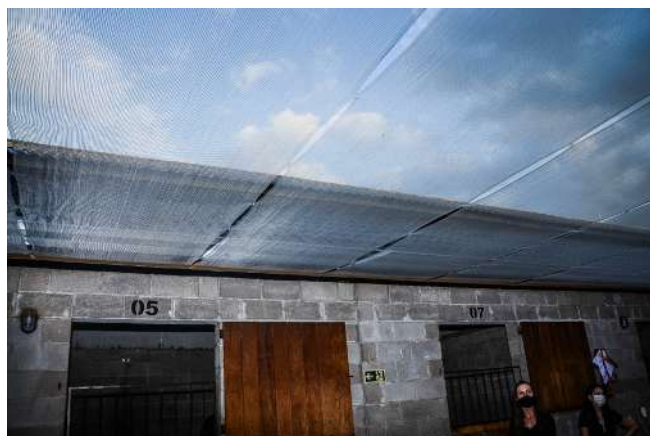
Embora seja nas cocheiras ou baias que os cavalos permanecem a maior parte do tempo, também devemos dar atenção às demais estruturas, em especial às pistas, paddocks e partidores, onde pelas características e intensidade das ações ali ocorridas podem representar maiores riscos.



A IN02/2021 relata sete quesitos para as boas práticas para um bom alojamento que detalhamos a seguir:

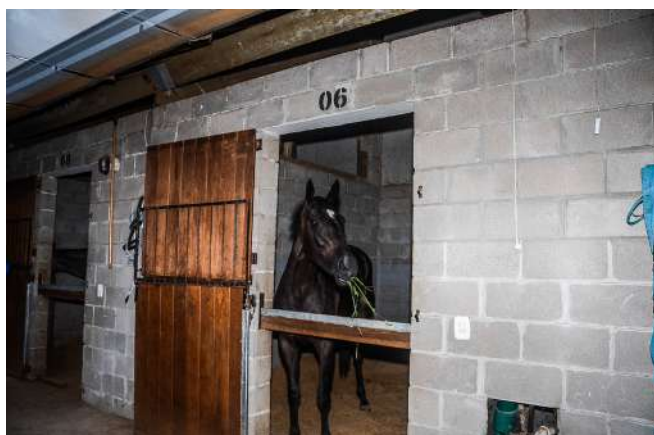
## ***1. Procedimentos e registros para manutenção das instalações, incluindo equipamentos utilizados pelos animais, pistas, baias, estruturas para atendimento médico-veterinário, embarcadouros, quarentenário, veículos utilizados no transporte de animais***

É essencial que seja mantida e aplicada uma rotina de manutenção às estruturas físicas e de infraestrutura de todas as entidades turfísticas, e isso vai desde a trava da porta da cocheira do cavalo, até a corda que compõe a cabeçada e o pilar que sustenta a arquibancada do público em um dia de competição. Portanto, é de suma importância de todas as partes



envolvidas que se realize um POP (procedimento operacional padrão) para a correta fiscalização de todas as áreas e equipamentos no tempo e na maneira correta.

Uma boa maneira de realização e implementação desse POP é realizar uma planilha padrão de check list de avaliação anual ou semestral de cada um dos pontos que devem ser avaliados e encabeçar essa avaliação aos responsáveis técnicos de cada área, por exemplo, cabe ao médico veterinário responsável técnico regrar os procedimentos e registros para solicitação de manutenção das cocheiras sempre que julgar necessário ou que o POP de avaliação física e estrutural da mesma apontar um defeito. Assim, cada etapa do processo ficará subdividida entre as equipes e suas especialidades.



## 2. Espaço mínimo por animal em baias e piquetes

A baia, muitas vezes, é onde os equinos passam a maior parte da sua vida, por isso deve estar em condições de conforto para receber este animal, devendo apresentar algumas condições de ambiência satisfatórias. É sabido que espaços pequenos e apertados geram sentimento de estresse nos equinos, fator que interfere diretamente no treinamento e desempenho dos mesmos.

Os equinos no Brasil têm altura média em torno de 1,60 m, mas para poder alojar também os animais de até 1,70 m, sugere-se a utilização de cocheiras de 12 à 16 m<sup>2</sup> (3mX4m ou



4mX4m), e pé direito de 3,0 m. Portanto, a oferta de baias amplas que permitam, pelo menos, um rolamento completo do animal. Há ainda a possibilidade de calcular o tamanho da baía com base no próprio animal que vai hospedá-la, sendo portanto seu tamanho equivalente à média de, no mínimo, 2 vezes o tamanho em metros da altura da cernelha do animal de largura, de comprimento e 3 vezes esse tamanho na altura.

É preferível que sejam fabricadas com material de alvenaria, viabilizando maior conforto e proporcionando momentos de descanso com qualidade nos equinos alojados nos Jockey Clubs. Tal medida é estimada levando em consideração o tamanho e temperamento dos cavalos de corrida. A preferência pelo material de alvenaria se dá pelas condições de proteção de intempéries e calor que ele oferece.

Vale ressaltar que, na maioria das entidades turfísticas, os piquetes são utilizados como áreas de lazer comum, visto o pouco espaço disponível para alojar todos os animais. Assim, os piquetes que serão disponibilizados para essa finalidade devem ser limpos, sem a presença de objetos perfurocortantes, bem como plantas tóxicas que possam prejudicar a saúde do animal, seja através do contato ou da ingestão. Ainda é indicado alojar os animais conforme a pastagem utilizada no local e o manejo dela. Em pastejo contínuo, muitas vezes 2 cavalos por ha podem gerar degradação rápida da pastagem, contudo em um manejo de pastejo rotacionado, é possível colocar até mais cavalos com melhoria contínua do solo. Portanto, quando se fala de indicação de animais por espaço, é importante considerar que o espaço de pastejo deve ser suficiente para evitar interações agonísticas (brigas, perseguições, ameaças...) e que os cavalos devem ser familiarizados, amigos, favorecendo as interações positivas (pastar/deslocar-se juntos, “grooming social”, “festas” de rolamento, brincar, etc).





### **3; 4; 5; Qualidade nas baias (ventilação; iluminação; cama; piso; cocho)**

Devem ser locais amplos e arejados. É importante a presença de janelas para a entrada de luz natural e para que o animal possa enxergar o lado de fora. É indispensável a presença de camas no interior das baias. A cama oferecida deve ser confortável e não deve expor o piso, além de apresentar boa capacidade de absorção da umidade proveniente da urina e das fezes do animal estabulado. É preferível que esta seja de material não-palatável, porém que não apresente toxicidade se ingerida. As camas precisam ser limpas diariamente e trocadas completamente uma vez na semana.

O piso das baias deve ser feito de material não escorregadio, oferecendo segurança ao animal e possuir certa inclinação, com presença de dreno, a fim de facilitar limpezas e desinfecções.

A presença de cochos e bebedouros individuais localizados no interior das baias é obrigatória. Sugere-se que os cochos não apresentem cantos, evitando que acumulem restos de alimentos e facilitem a proliferação bacteriana. Os animais devem ter acesso livre à água, o que seria facilitado pela presença de cochos automáticos.





## 6. Procedimentos de controle de pragas

As baias ou abrigos devem ser limpos diariamente para minimizar pragas, manter os animais limpos, secos e proporcionar um ambiente livre de poeira e fortes odores, especialmente de amônia. Os gases nocivos podem ser emitidos durante a limpeza e manuseio do esterco; com isso, o uso de EPIs deve ser considerado para a segurança do tratador.



Os insetos ou pragas voadoras mais comuns são moscas e mosquitos. A mosca de estábulo e a mosca do chifre são espécies hematófagas e que causam maior risco, porém as moscas domésticas são o principal incômodo. O controle dos insetos voadores começa com a administração adequada dos dejetos, a limpeza de resquícios de alimento (ração), a manutenção de áreas constantemente molhadas e de água parada. Se o saneamento não fornece um controle suficiente, as utilizações de outros métodos podem ser necessárias. Podem ser feitas armadilhas e uso de piretróides (sintéticas ou naturais), porém é preferível uma abordagem de gestão integrada de pragas para se ter controle do parasita.

Ressalta-se, contudo, que todo o controle de pragas deve ser feito de forma integral e coordenado por profissional habilitado. É necessário entender que em locais como um Jockey Club, onde a concentração de animais é maior, os desafios de controle são proporcionalmente maiores, e exigem uma atenção coletiva, pois qualquer ação de cunho individual surtirá pouco ou nenhum efeito.

## 7. Manejo populacional humanitário de outras espécies

O manejo das espécies diversas à espécie equina em um Jockey Club requer atenção da entidade, pois do contrário, os mesmos podem aportar sérios riscos sanitários e ambientais.

É importante estar alinhado às questões legais, como as vacinações obrigatórias ou recomendadas, bem como registros individuais dos mesmos para todos os controles sanitários.

A entidade deve estar atenta e integrada às estratégias de controle populacional de outras espécies, em especial cães e gatos, que são utilizadas na respectiva cidade, como campanhas de castração, por exemplo.



# Conclusão





**C**om relação às boas práticas para um bom alojamento precisamos assumir que os cavalos permanecem demasiado tempo nas baias e que este fato é incompatível com o seu comportamento natural.

A partir deste fato, precisamos trabalhar incansavelmente para que possamos propor outros ambientes, que de forma eficiente, proporcionem uma melhor qualidade de vida, diminuindo o uso de baias fechadas, que impeçam as interações sociais, tão importantes ao comportamento natural dos cavalos.

O enriquecimento ambiental é uma importante ferramenta que quando baseada na observação criteriosa dos seus operadores e em critérios científicos, pode proporcionar aos cavalos situações extremamente positivas.

## Bibliografia

RYAN, S.; BACON, H.; ENDENBURG, N.; HAZEL, S.; JOUPPI, R.; LEE, N.; SEKEL, K.; TAKASHIMA, G. **Diretrizes para o Bem-Estar Animal da WSAVA**. 2020. Disponível em: <<https://wsava.org/wp-content/uploads/2020/01/WSAVA-Animal-Welfare-Guidelines-2018-PORTUGUESE.pdf>>.

JÚNIOR, Alexandre Canal. Influência do tempo de estabulação no comportamento de equinos da raça crioula. **Unoesc & Ciência-ACET**, v. 6, n. 2, p. 201-208, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Manual de boas práticas para o bem-estar animal em competições equestres. Brasília. 2015. 32 p

RIBEIRO, Lucas Cândido. Bem-estar e desempenho do cavalo atleta. 2020. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Grau de Zootecnista) - Escola de Ciências Agrárias e Biológicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. **Manual de boas práticas de manejo em equideocultura**. 2017. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/equinocultura/livros/MANUAL%20DE%20BOAS%20PRATICAS%20DE%20MANEJO%20EM%20EQUIDEOCULTURA.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº6, de 16 de janeiro de 2018**. Disponível em: <[http://www.iagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-06-DE-16.01.18\\_CONTROL-E-ERRADICA%C3%87%C3%83O-DE-MORMO.pdf](http://www.iagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-06-DE-16.01.18_CONTROL-E-ERRADICA%C3%87%C3%83O-DE-MORMO.pdf)>.



MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO

